



**“A TERCEIRA MARGEM DO RIO”:
IMANÊNCIA E TRANSCENDÊNCIA**

**“THE THIRD BANK OF THE RIVER”:
IMMANENCE AND TRANSCENDENCE**

Kary Alessandra MOTTA¹

RESUMO: Partindo da análise do conto “A Terceira Margem do Rio”, de Guimarães Rosa, pretendemos refletir sobre o arranjo actancial e tensivo do acontecimento extraordinário (ou apenas acontecimento, nos termos de Zilberberg), seja em seu polo eufórico ou disfórico. A ocorrência desse evento necessariamente implica um jogo de presença atual ou potencial dos valores da ruptura e da convenção. Acreditamos que esse conto consubstancia as forças actanciais que estão em funcionamento quando esses valores estão em cena. Dessa forma, ele pode funcionar como baliza para futuros estudos sobre o evento extraordinário.

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento Extraordinário; Arranjo Actancial; Presença; Ruptura; convenção.

ABSTRACT: Based on the analysis of the short story "The Third Bank of the River" by Guimarães Rosa, we want to reflect on the actantial and tensive arrangement of the extraordinary event (or just event in the terminology of Zilberberg), either in their euphoric or dysphoric pole. The occurrence of these events necessarily implies a set of presence (actual or potential) of the values of convention and the rupture. We believe this tale embodies actantial forces that are in operation when these values are on the scene. Thus, it can function as a landmark for future studies on the extraordinary event.

KEYWORDS: Extraordinary Event; Actantial Arrangement; Presence; Rupture; Convention.

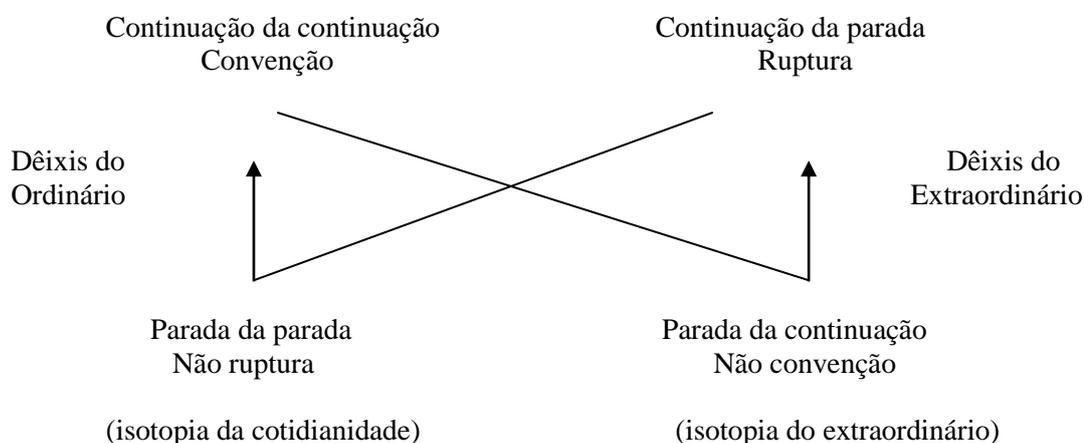
Em “A Terceira Margem do Rio” (ROSA, 1988, p. 32-37), a história é contada por um narrador que testemunha os fatos e participa deles. Conta a história de seu pai, um sujeito que, por todas as informações obtidas, sempre foi “ordeiro”, “positivo”, porém, sem nenhuma explicação, um dia mandou construir uma canoa resistente, “própria para durar na água por uns vinte anos”. Quando ela ficou pronta, tomou-a e foi-se para o rio sem explicar o porquê e sem nunca mais voltar. Deixou para sempre o silêncio e a sua “quase ausência” – “quase” pois o pai não vai embora, nem fica: ele permanece no fluxo do rio. O conto se

¹ Mestrado concluído na USP, em 2004, sob a orientação do Prof. Luiz Tatit. Atualmente, é pesquisadora do Grupo CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada.

encerra depois de construir em nós, leitores, a expectativa do fim desse silêncio, mas acaba por deixar a certeza de que seu silêncio não acabará: ele continuará para todo o sempre.

O narrador conta sua própria história e a de sua família diante desse ato do pai. Ele passa grande parte de sua vida (desde a partida do pai, quando ainda era criança, até o fim do conto, quando já se tornou velho – ou até a morte) ligado ao pai e ao conflito dessa relação: o pai é, para ele, inesquecível, seu silêncio é uma presença constante. O tempo cronológico seguiu seu rumo “normal”, ou seja, a irmã casou-se, teve filhos, as pessoas envelheceram, porém, para o filho, o tempo como que parou no momento da partida do pai: ele passou a viver intensamente essa ausência e nunca foi capaz de mudar-se para longe do rio. Não conseguia entender a condição diferente do pai, para quem o convencional não importava.

No conto, os valores que definem as isotopias do extraordinário e da cotidianidade (os valores da convenção e da ruptura) plasmam o nível fundamental do percurso e, projetados sobre o quadrado semiótico tensivo, se organizam da seguinte maneira:



A oposição convenção/ruptura (que mais tarde será interpretada pelo par imanência/transcendência) manifesta dois percursos figurativos – o da isotopia da cotidianidade e o do extraordinário:

Isotopia figurativa da cotidianidade (marcada pela convencionalidade e pelo social)	Isotopia figurativa do extraordinário (caracterizada pela ruptura com o convencional e pelo natural em oposição a social)
Margem	Rio
ordeiro/ positivo/ cumpridor	
reger, ralhar	Quieto
terra (margem)	Rio
(amarrado)	Solto
Reuniram	Solitariamente
Negócios	
Mestre	

Soldados Homens do jornal Padre	
casamento a criancinha (neto)	
(chão, capim) (fósforo)	Cabeludo, barbudo, unhas grandes, mal e magro, preto de sol e pelos – bicho nu não pisou mais nem chão, nem capim não riscou um fósforo
palavra	não falou palavra

A oposição figurativa estende-se à organização do espaço no conto, apontando para dois espaços distintos, marcados pelos valores opostos da convenção e da ruptura: a margem e o rio. A margem é estável, conhecida, imóvel e manifesta o convencional, o social. O fluxo do rio é considerado um lugar que leva para outra margem; assim, abandonar a terra e ficar sempre no fluxo recusando-se a ancorar, ação que o pai cumprirá, caracteriza a ruptura e opõe, dessa forma, o rio, como espaço dessa ruptura, à margem. Os personagens (atores do nível discursivo) estão em relação de continuidade (conformidade) com o espaço em que se encontram, ou seja, situados na margem, representam os valores da convenção; situados no rio, os valores da ruptura.

A análise do nível narrativo

Orientaremos nossa análise do nível narrativo com base em duas ideias principais: primeira, o conflito entre os antigos valores com os quais o filho está ligado e os novos valores nos quais reconhece o pai determina sua condição passional de angústia e dor moral, pois tem no pai seu grande destinador; segunda, a nova condição do pai, resultante de seu fazer transformador, rompe com os valores convencionais da sociedade e marca seu ser pela transcendência (ultrapassagem das experiências e limites normais da existência). A avaliação de seu novo estado como “transcendente” é possível não só pela constatação de seu fazer transformador, que o liga a outros valores (ou seja, a ruptura com o convencional), como também pelo reconhecimento da duração (eterna) e da intensidade (perfeição, plenitude) da conjunção – o que lemos como transcendência é a intensificação do estado de ruptura do sujeito em um tempo eterno.

O programa do pai

Percurso do destinador manipulador	Percurso do sujeito		Percurso do destinador julgador
<u>Manipulação</u>	<u>Competência</u>	<u>Performance</u>	<u>Sancão</u>
?	⇒ aquisição gradativa (reflexão)	decidiu um adeus	?
incógnita	⇒ objeto modal do poder -fazer: canoa	⇒ mudança: nova situação	Quem o manipulou ?
Tendência à ação			Que instância irá julgá-lo?

O pai, manipulado por algo não revelado, busca a competência para a realização de sua *performance*: entrar em conjunção com o objeto **rio**. Sua competência é adquirida gradativamente. Em um primeiro momento, há uma competencialização cognitiva, ou seja, partindo de uma reflexão, de uma tomada de consciência, o pai decide partir. Posteriormente a essa decisão, ele busca concluir sua competência por meio da aquisição do objeto modal do poder-fazer (a canoa) ²: “Mas se deu que, certo dia, nosso pai mandou fazer para si uma canoa” (ROSA, 1988, p. 32).

Com a aquisição da canoa (objeto modal), o pai torna-se competente para a realização da *performance* e revela ou seu querer, ou seu dever, ou a combinação dessas modalidades no projeto de realizá-la: “Sem alegria, nem cuidado nosso pai enalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente” (ROSA, 1988, p.32).

O rio é seu objeto-valor, aquele com o qual entra em conjunção na *performance* principal: “Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. [...] Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.” (ROSA, 1988, p. 33).

Se, como coloca Barros (1988, p.40), o percurso da sanção instala o ponto de vista do manipulador-julgador, não conhecendo a origem do manipulador, tanto a sanção como a manipulação serão uma incógnita. Agora, se pensarmos a sanção do ponto de vista social, podemos dizer que ela é disfórica, pois a *performance* do pai rompe com todo e qualquer parâmetro social. A sociedade, não compreendendo sua escolha, atribui os motivos de sua partida à doença, loucura ou promessa:

A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia. Os parentes, vizinhos e conhecidos nossos, se reuniram, tomaram juntamente conselho.

²A construção da canoa pode ser descrita como a construção de um objeto figurativo investido do valor modal poder-fazer: “... teve de ser toda fabricada, escolhida forte e arqueada em rijo, própria para dever durar na água por uns vinte ou trinta anos.” (ROSA, 1988, p. 32).

Nossa mãe, vergonhosa, se portou com muita cordura; por isso, todos pensaram de nosso pai a razão em que não queriam falar: doideira. (ROSA, 1988, p. 33).

O programa de conjunção do pai tem como correlato um programa de disjunção da família. Quer dizer, entrar em conjunção com o rio implica uma disjunção com a família, na medida em que esse ato faz do viver do sujeito um viver incompatível com a convencionalidade da vida familiar. Ele reflete outra realidade, uma sobre-realidade: “Nosso pai, [...] se despertava para outra sina de existir, perto e longe de sua família dele” (ROSA, 1988, p. 33).

É, pois, o programa do pai (seu afastamento) que transforma o estado conjuntivo da família em estado disjuntivo e lança-a em busca do restabelecimento do vínculo perdido, vínculo entendido como **o certo**: “[...] Incumbiu ao padre que um dia se revestisse, em praia de margem, para esconjurar e clamar a nosso pai **o dever** de desistir da tristonha teima.” (ROSA, 1988, p. 34).

As diversas tentativas de fazer o pai desistir de seu programa são inúteis, pois ele não cede: evita aproximação e abordagem, não responde à falta de comida, não reage à presença do neto, etc.:

De outra, por arranjo dela, para medo, vieram os dois soldados. Tudo o que não valeu de nada. Nosso pai passava ao largo, avistado ou diluso, cruzando na canoa, sem deixar ninguém se chegar à pega ou à fala. Mesmo quando foi, não faz muito, dos homens do jornal, que trouxeram a lancha e tencionavam tirar retrato dele, não venceram: nosso pai se desaparecia para outra banda [...]. (ROSA, 1988, p. 34).

Do valor investido no objeto

Como diz Greimas em seu texto “*La soupe au pistou ou la construction d’un objet de valeur*” (1983, p. 67-103), os valores são investidos em objetos, e estes (investidos de valores) tornam-se os objetos com os quais os sujeitos buscam estar em conjunção, acreditando estar, assim, em conjunção com o valor. O valor é abstrato e geralmente vem investido em um objeto figurativo. Dessa forma, pensar qual é o valor que está investido no objeto rio – objeto da *performance* do sujeito – é pensar o que o pai busca quando realiza a conjunção com o rio. O rio, figura do mundo natural, representa, no conto, a ruptura com o convencional. É o encadeamento das figuras que nos permite essa interpretação. Estar no rio é oposto a estar com a família, seguro, na margem (terra). Estar no rio é estar na **terceira margem**, lugar nada convencional, marcado pela transcendência, ao ordinário do que está na margem: padre, família, jornalistas, neto, etc.

Guiando-nos pelas figuras e pelos termos da oposição fundamental que elas manifestam, temos a “ruptura” como valor investido no objeto rio.

Pensar os valores investidos em objetos é, em uma dimensão mais abstrata de análise, pensar qual é o valor do valor, ou seja, o valor que leva os homens a buscarem a conjunção com objetos. Em seu artigo “Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais” (1989;1990), Lopes nos diz que essa busca do sujeito não é, na verdade, a busca do objeto em si, mas do reencontro consigo mesmo em sua idealidade, em sua perfeição (é, pois, uma busca narcísica). Essa idealidade é sentida pelo sujeito como passado (momento em que se via conjunto com o objeto). Em seu presente, o sujeito é colocado como eu carente (aquele a quem falta o objeto), e é essa falta que o faz ir ao

encontro do objeto. Ela é como um vácuo que se coloca em seu trajeto impelindo-o a uma posição terminativa (ponto de chegada, de encontro com o objeto). A tentativa de conjunção é, em profundidade, uma forma de reencontrar o seu eu ideal, sua integridade.

Para melhor entender esse conceito, devemos compreender a constituição do eu carente através do princípio de identidade e de alteridade. No ser do ator, situado fora dos estados históricos extremos (iniciais e finais), podemos reconhecer dois princípios: 1. princípio da alteridade e 2. princípio da identidade. Pelo princípio da identidade, reconhecemos o ator como um pouco do que ele foi no passado e um princípio do que será no futuro, sendo, dessa forma, percebido como o **eu** de um único ator. Já pelo princípio da alteridade, entendemos que o ator **não é mais** o que foi no passado e **ainda não é** o que será no futuro. Podemos, então, entender que o eu do ator é, ao mesmo tempo, **um ser** (princípio de identidade) e **um não ser** (princípio da alteridade), o que o coloca como **eu carente**. É a partir dessa ideia de eu carente que podemos entender a busca narcísica do sujeito. A falta é sentida pelo sujeito no presente, tempo em que se vê em “relação fechada” para com o seu passado (não mais pode ser o que foi) e em relação aberta para com o seu futuro (pode ser). Sentindo-se carente do que foi (eu ideal), o ser busca o **poder ser** (ideal do eu) (LOPES, 1989; 1990, p. 160).

No conto é o rio que está investido desse valor, ou seja, a conjunção com o rio expressa essa procura de idealidade, de perfeição vivida pelo sujeito como ruptura. É como se o sujeito precisasse romper com o mundo do parecer (mundo aparente) marcado pelos papéis sociais, pelos comportamentos estereotipados (manifestados, aqui, pelo social – padre, homens do jornal, soldados –, familiar – esposa, neto, filha – e cultural – capim, fósforo, roupa etc.), para reencontrar-se consigo mesmo, em sua integridade perdida, num espaço e num tempo outro, marcados pelo natural (em oposição a cultural), não convencional etc. (figurativizado pelo rio, com sua terceira margem, sua profundidade, seu silêncio). Investido desses valores, o objeto proporciona ao sujeito o sentimento de integridade, de perfeição e, na duração do encontro, uma forma de fruir o estado de plenitude. Essa conjunção entre o sujeito e o objeto se intensifica gradualmente até atingir o estado fusional. Vamos entender como isso se dá.

Da conjunção com o objeto-valor à fusão (ou a busca da perfeição)

A perfeição, como sabemos a partir dos ensinamentos de Greimas (2002), caracteriza-se por um estado de plenitude conjunta entre sujeito apassivado e objeto ativado. É rompendo com o convencional, com a isotopia do cotidiano, que o sujeito pode vislumbrar a continuidade com o objeto. O programa do pai apresenta-se como a realização plena desse momento de perfeição – que será sentido como ultrapassagem dos estados normais da existência e transporte para outro tempo e espaço.

O pai, antes da *performance* que o coloca em “fusão” com o objeto-rio, está situado no espaço e no tempo da cotidianidade em que as relações todas do usual estão estabelecidas e, nesse meio, é, em princípio, sancionado euforicamente por estar, pelo menos aparentemente, em conjunção com seus valores: “Nosso pai era homem cumpridor, ordeiro, positivo; e sido assim desde mocinho e menino, pelo que testemunharam as diversas sensatas pessoas, quando indaguei a informação.” (ROSA, 1988, p. 32).

Perante os familiares e a sociedade, seu estado é, nesse primeiro momento, veridictoriamente sancionado como verdadeiro (aquele que parece e é uma pessoa vinculada aos valores convencionais). Tanto que sua decisão de construir uma canoa vem surpreender as

expectativas da mãe: “Seria que, ele, que nessas artes não vadiava, se ia propor agora para pescarias e caçadas?” (ROSA, 1988, p. 32).

Na experiência estética, o polo subjetivo põe em relevo a participação ativa do sujeito na obtenção do momento de perfeição (vivido como fusão sujeito/objeto). Todavia não só o sujeito é fator atuante nesse processo, mas também o objeto, com sua pregnância, contribui para a realização desse momento. Ele (o objeto) acumula dupla função: uma passiva, figurando como o objeto desejado pelo sujeito, e uma ativa, investindo-se do papel de destinador.

No conto, o objeto-rio mostra sua competência manipuladora: “Nossa casa, no tempo [antes da partida do pai], ainda era mais próxima do rio, obra de nem quarto de légua: o rio por aí se estendendo grande, fundo, calado que sempre. Largo, de não se poder ver a forma da outra beira.” (ROSA, 1988, p. 32).

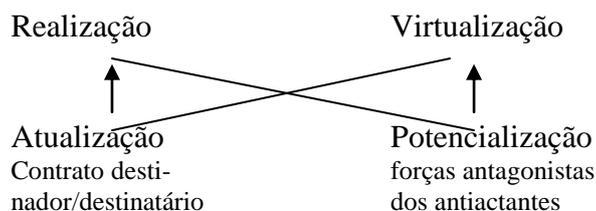
Se, no parecer, o sujeito está ligado aos valores da convenção, por sua essência, deixa ver os sinais da verdadeira manipulação que sofre. É o silêncio do pai frente às dúvidas das pessoas (avaliação social) o primeiro indício de sua adesão a outro universo de valores: “Do que eu mesmo me alembro, ele não figurava mais estúrdio nem mais triste do que os outros, conhecidos nossos. Só quieto. [...] Nossa mãe jurou muito contra a ideia. [...] Nosso pai nada não dizia.” (ROSA, 1988, p. 32).

Seu silêncio revela despreocupação com o julgamento da sociedade (seja ela representada pelas figuras dos familiares – esposa, filha, neto etc. – seja por outras figuras – padre, homens do jornal, gente da redondeza etc.), denunciando o rio como a verdadeira instância manipuladora.

É pela reiteração de traços semânticos comuns entre o sujeito e o objeto-rio que vemos este último como destinador, a cujos valores o sujeito está vinculado: como o pai, o rio não podia ser conhecido completamente; como o pai, o rio era calado³. O objeto-rio é, portanto, o evento que se coloca diante do sujeito, ganhando a força de um destinador a quem já adere.

O silêncio é o que caracteriza a espera do sujeito (e, conseqüentemente, seu querer). Durante a espera, o pai não se mostra ligado às práticas usuais do cotidiano (não se comunica mais com as pessoas, nem lhes dá explicações sobre suas atitudes). Todavia ainda não está totalmente conjunto com os novos valores aos quais irá integrar-se (ainda vive no espaço marcado pelo convencional).

Enquanto a canoa está sendo fabricada, o sujeito vive a espera como avanço em direção ao objeto, e seu silêncio, ao impedir a ação de forças contrárias ao seu projeto, manifesta o poder de realização de seu programa. A regência absoluta dos valores emissivos está presente garantindo a complementaridade plena das funções actanciais destinador/destinatário – projetadas na relação sujeito/objeto.



³ Ser calado é traço que se emprega a atores humanos, reforçando a ligação do “rio” com o pai.

Por meio da manipulação que sofre, o pai torna-se competente para a ação e realiza a conjunção com o objeto que representa os valores da ruptura (o rio):

Sem alegria nem cuidado, nosso pai encalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula e trouxa, não fez a alguma recomendação. Nossa mãe, a gente achou que ela ia esbravejar, mas persistiu somente alva de pálida, mascou o beijo e bramou: –“Cê vai, ocê fique, você nunca volte!” Nosso pai suspendeu a resposta. [...] Nosso pai entrou na canoa e **desamarrou**, pelo remar. E a canoa saiu se indo – a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa. (ROSA, 1988, p. 32,33, grifo nosso).

A figura “desamarrou” pressupõe que a condição anterior do pai era a de um sujeito “amarrado”, preso ao convencional, do qual se desliga nesse momento. Ao ingressar no rio, ele rompe definitivamente com os valores cotidianos, com a isotopia do convencionalismo, para viver em outra realidade (sobrerrealidade). Nesse novo estado do sujeito, aparece um espaço outro – também marcado pelo sobrerreal: **a terceira margem**. É outro tempo, em descontinuidade com o tempo convencional, que é caracterizado pela ordem necessária dos fazeres humanos (hora de dormir, hora de acordar, hora de comer, hora de beber, hora de tomar banho, “hora” de envelhecer etc.). Como efeito de sentido dessa descontinuidade no tempo do cotidiano, dá-se uma atemporalidade (suspensão do tempo), que marca um tempo sem aspectualização, sem medida. O espaço, de não delimitado, passa a limitado, preciso – o rio. Pelo ato de unir-se ao rio, o sujeito passa do parecer ao ser, da aparência à essência, vivendo, nos termos do quadrado semiótico tensivo, a continuação da parada.

A fusão com o objeto transforma as relações do pai com o mundo e, conseqüentemente, gera alterações em seu ser, sensoriais e cognitivas. Essas alterações têm manifestação somática, ou seja, a união com o rio, figura do mundo natural, transforma o sujeito em figura, também, do mundo natural (em oposição a cultural). Ele passa a parecer um bicho: “[...] ele agora virara cabeludo, barbudo, de unhas grandes, mal e magro, ficado preto de sol e dos pelos, com o aspecto de bicho, conforme quase nu [...]”. (ROSA, 1988, p. 35).

A perfeição do pai – entendida como fusão sujeito/objeto – é marcada por uma duratividade longa (eterna). Daí seu efeito de sentido de “transcendente”: “Porquanto que ele me pareceu vir: da parte de além.” (ROSA, 1988, p. 37).

Antes de finalizarmos o estudo do PN do pai, é importante observar que, se o evento extraordinário caracterizado pela regência dos valores emissivos ⁴ define-se pela euforia, a estesia decorrente da perfeição vivida, se há, já não pode ser percebida (compreendida), dado que o sujeito situa-se em um tempo e em um espaço onde o próprio sentido de gozo pode estar alterado ⁵. Para as instâncias que representam a convencionalidade, a nova situação do pai é sentida como sofrimento insuportável – sentimento que, de forma nenhuma, pode ser atribuído a ele.

⁴ Valores emissivos são os que possibilitam a complementaridade plena das funções actanciais.

⁵ Não podemos deixar de perceber que o narrador – ponto de vista pelo qual a história nos é dada a conhecer – situa-se na isotopia da cotidianidade.

O programa do filho

O ator que representa o filho e assume, no nível actancial, a função de sujeito será também o narrador da história. Como narrador, organiza o relato a partir de referências subjetivas, pois conta sua própria história, de seu pai e de sua família.

A debreagem enunciativa de pessoa, espaço e tempo projeta, no discurso, o eu-aqui-agora da enunciação. Nesse aspecto, é importante notar que essa primeira pessoa nem sempre aparece no singular: “**nosso pai**”, “**noossa mãe**”, “**noossa casa**”, “**nosso tio**”, “**aparentados nossos**”. Tal forma de enunciar ressalta o peso das relações familiares para o narrador e já revela como se constrói seu ponto de vista: o daquele que se situa na isotopia da convenção.

Como tudo, o espaço e o tempo organizam-se, também, a partir do ponto (tempo e lugar) em que o filho se encontra. O espaço de onde o narrador descreve a cena é a margem. Daí observa a vida do pai – que está no rio – e da sociedade – que está em terra. À vista disso, a margem é um ponto estratégico ao seu desempenho de narrador.

O tempo cronológico é a medida usada para avaliar os resultados do programa do filho e diferenciá-lo tanto do programa do pai – para quem o tempo nada significa – e da família – que faz do tempo o destinador do PN convencional que, por fim, segue (casar, ter filhos, afastar-se do rio, enfim).

Como se vê, as impressões que o narrador deixa no discurso passam, necessariamente, por sua própria experiência. Assim sendo, pensar seu programa narrativo também ajuda a entender melhor o ponto de vista a partir do qual se construiu a história.

Qual seria, então, o PN do filho? Podemos dizer que há um conflito em sua manipulação que o leva, de certa forma, a não fazer nada.

Para o filho, o tempo cronológico não processa mudanças em seu estado conjuntivo – “Eu fiquei aqui, de resto. Eu nunca podia querer me casar.” (ROSA, 1988, p. 35) –, mas sua passagem aumenta o seu sofrimento, intensifica suas paixões: “Sou o que não foi, o que vai ficar calado.” (ROSA, 1988, p. 37).

As coocorrências dos três tempos verbais organizadores do tempo enunciativo “agora” – presente do indicativo (“sou”), pretérito perfeito (“foi”) e futuro do presente (expresso por “vai ficar”) –, caracterizando o ser do sujeito, revelam que as transformações de estado que ele espera não se dão, o que o impede de ser um sujeito realizado durante todo o tempo de sua existência – o passado, o presente e o futuro.

Segundo o narrador, o pai sempre fora “ordeiro, positivo”. Isso faz o filho reconhecê-lo como participante do que denominamos acima **isotopia da cotidianidade** – marcada pelo convencional, pelo Princípio da Realidade, pelo dever. Porém, sem nenhuma explicação, ele manda fazer para si uma canoa e, quando ela fica pronta, sem explicar o porquê, vai para o fluxo do rio. Lá o pai permanece. Sua permanência nesse lugar nada convencional, em uma situação extraordinária, vem exigir do filho nova avaliação do estado do pai, o destinador que pretende seguir.

Ao transformar seu estado conjuntivo com o convencional e com os padrões de realidade, o pai passa a transmitir ao filho novos valores, que lhe dariam o acesso a uma nova forma de existir. No entanto o filho interpreta esse novo universo do pai como sobrenatural e sinistro.

Percurso do destinatador manipulador: <u>Manipulação</u>	Percurso do	sujeito	Percurso do destinatador julgador <u>Sanção</u>
Instância manipuladora: pai	<u>Competência</u>	<u>Performance</u>	
Valores comunicados no plano do parecer: valores da convenção	Para a conjunção com os valores transmitidos no plano do parecer: <u>quer-ser</u> , crê em seu dever ser e se reconhece por um não poder fazer	<i>Performance</i> virtual: substituir o pai (ser como ele, aderindo aos seus valores e a suas escolhas)	Disfórica: não realiza a <i>performance</i>
Valores comunicados no plano do ser: valores da ruptura (antivalores em relação aos valores anteriores)	Para a conjunção com os valores transmitidos no plano do ser: <u>não-quer-ser</u> , crê em seu dever-ser e se reconhecer por um não-poder-fazer		Não substitui o pai
	<u>Programas de uso</u> : ⇒ leva comida ao pai (ajuda o pai) ⇒ pretende entender as razões do pai ⇒ sofre (sente culpa) ⇒ vive em torno da vida do pai		Não entende as razões do pai. Não se liberta da culpa e do afeto que o liga ao pai, ou seja, não encontra outro PN a seguir

A manipulação do filho se dá, em um primeiro momento – quando avalia os valores do pai apenas na dimensão de seu parecer –, por um querer (quer estar conjunto com o pai); posteriormente, agrega-se a esse querer um dever (sentimento de responsabilidade pelo bem estar do pai). Além dessas modalidades (do querer e do dever), o filho também está modalizado por um crer. Ele crê nas razões que motivam o pai a realizar seu ato, pois, sem esse crer, poderia revoltar-se contra ele, abandoná-lo, assumir como sua a mesma sanção que a sociedade lhe imputou etc. Porém, manipulado por ele (o crer), seu vínculo com o pai não se desfaz: “Meu pai, eu não podia malsinar.” (ROSA, 1988, p. 36).

Essa crença, segundo nossa interpretação, provém das qualidades que vê no pai que o faz, no crer do filho, pessoa digna de respeito e confiança: “Nosso pai era homem cumpridor, ordeiro, positivo; e sido assim desde mocinho e menino [...]”. (ROSA, 1988, p. 32).

Como já foi dito, é o querer do sujeito que o coloca, pelo traço da apetência, em relação de complementaridade com o objeto (LOPES, 1989/1990, p. 156), ou seja, o querer faz do sujeito um sujeito pronto para a ação. Dessa forma, o filho se coloca como sujeito atualizado (aquele que quer o objeto) quando, no momento da separação do pai, revela seu querer-ser (querer estar conjunto)⁶: “Pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?” (ROSA, 1988, p. 33).

Afastado de seu objeto e modalizado por um querer-ser, a narrativa do sujeito ganha sentido (intencionalidade)⁷. Ele busca entrar em conjunção com o pai cuja partida (entendida pelo filho como disjunção transitiva) não aceita: “Ele só retornou o olhar em mim, e me botou a bênção, com gesto me mandando para trás. **Fiz que vim, mas ainda virei, na grota do mato, para saber.**” (ROSA, 1988, p. 33, grifo nosso).

A primeira aproximação, reflexo da manipulação que sofre, é a tentativa de ajudar o pai no cumprimento de seu programa. Para isso, leva-lhe, escondido da mãe – pelo menos aparentemente –, o alimento que julga necessário:

No que num me engano. Eu mesmo cumpria de trazer para ele, cada dia, um tanto de comida furtada: a ideia que senti, logo na primeira noite, quando o pessoal nosso experimentou de acender fogueiras em beirada do rio, enquanto que, no alumiado delas, se rezava e se chamava. (ROSA, 1988, p. 33).

Do afeto que tem pelo pai vem um sentimento de responsabilidade por ele, pelo seu bem-estar. Limitado pelo seu ponto de vista (a convenção, o social), porém, entende o seu novo estado como sofrimento, vendo-o como ser que padece as vicissitudes do tempo e a solidão:

O severo que era, de não se entender, de maneira nenhuma, como ele aguentava. De dia e de noite, com sol ou aguaceiros, calor, sereno, e nas **friagens terríveis** de meio-do-ano, sem arrumo, só com o chapéu velho na cabeça, por todas as semanas, e meses, e os anos – sem fazer conta do se-ir do viver (ROSA, 1988, p. 34, grifo nosso).

A descrença na possibilidade de existência do pai nessa nova situação vai predispor o filho a realizar nova avaliação de seu estado e dos valores vinculados a ele. Isso porque o sujeito não consegue mais reconhecer, na modalidade de vida do pai, os mesmos valores que ele se sente capaz de viver: “Eu mesmo tinha achaques, ânsias, cá de baixo, cansaços, perrengue de reumatismo. E ele? Por quê? Devia de padecer demais.” (ROSA, 1988, p. 36).

Se sofre ao pensar no pai, também encontra dificuldades em se ver conjunto dele nesse seu novo estado “de sofrimento” e, com a família, tenta fazê-lo desistir de seu programa: “Viemos, todos, no barranco, foi num dia bonito [...]. A gente chamou, esperou. Nosso pai não apareceu. Minha irmã chorou, nós todos aí choramos, abraçados.” (ROSA, 1988, p. 35).

⁶Se o filho é, nesse momento de sua relação com o objeto, um sujeito atualizado, não podemos dizer o mesmo da mãe, que vemos – em relação ao novo estado do pai – como sujeito potencializado: “Nossa mãe, a gente achou que ele ia esbravejar, mas persistiu somente alva de pálida, mascou o beijo e bramou; – ‘Cê vai, ocê fique, você nunca volte!’” (ROSA, 1988, p. 32).

⁷**Sentido** aqui deve ser entendido como “relação que se estabelece entre trajeto a percorrer e seu ponto de chegada” (BARROS, 1988, p. 44).

Ao tentar fazer o pai desistir de seu programa, revela, de fato, não comungar seus novos valores. O filho sente-se ligado ao pai, mas não a esse pai que se encontra no rio, e sim àquele pai cumpridor, ordeiro e honesto que conhecerá⁸. Está, pois, vinculado aos valores axiológicos do povo do lugar, de sua família. Mas, como está preso a essa figura paterna que representa para ele a instância manipuladora, crê dever aderir aos valores que ele coloca. Então procura conhecer-lhe as razões:

Seja que, quando eu quis mesmo saber, e firme indaguei, me diz-que-disseram: que constava que nosso pai, alguma vez, tivesse revelado a explicação, ao homem que para ele aprontara a canoa. Mas, agora, esse homem já tinha morrido, ninguém soubesse, fizesse recordação, de nada mais. Só falsas conversas, sem senso [...]. (ROSA, 1988, p. 36).

Essa busca cognitiva é resultado de um estado de não saber que, juntamente com um não-poder-ser (que mais tarde se verá), faz-ser a relação disjuntiva entre o filho e o pai, gerando um conflito no sujeito, que vê na compreensão do programa do pai uma forma de aproximação. Reconhece, porém, que essa compreensão está fora do seu alcance: como compreender esse novo estado do pai se isso exige separá-lo do universo de valores que sempre viveu?

Impossibilitado de compreender o novo universo axiológico do pai e, por isso, sentindo dificuldade em reconhecer-se ligado a ele (seu destinador) nessa nova condição, o sujeito passa a viver seu programa como se o pai ainda estivesse no papel de destinador dos velhos valores da convenção. Isso é figurativizado, no discurso, pela lembrança de tempos passados: “A gente teve de se acostumar com aquilo. Às penas, que, com aquilo, a gente mesmo nunca se acostumou, em si, na verdade. Tiro por mim, que, no que queria, e no que não queria, só com nosso pai me achava: assunto que jogava para trás meus pensamentos.” (ROSA, 1988, p. 34).

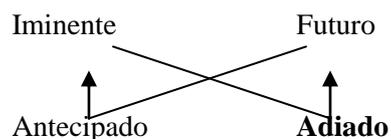
O reconhecimento de um não-poder-saber alia-se ao reconhecimento da passagem do tempo e faz o sujeito prever uma sanção disfórica: “Eu sofria já o começo da velhice – esta vida era **só** o demoramento.” (ROSA, 1988, p. 36).

A distância do objeto é sentida pelo sujeito como “demoramento”, determinando uma espera tensa. Essa relação do sujeito com o tempo se reitera em outros momentos do conto⁹: “Enxerguei nosso pai, no enfim de uma hora, tão custosa para sobrevir” (ROSA, 1988, p. 33); “Os tempos mudavam no devagar depressa dos tempos.” (ROSA, 1988, p. 35).

Vive, então, na relação com o objeto, a espera, que se traduz, no universo passional do sujeito, como atraso no contato com o objeto, e pode ser representado (esse atraso), no quadrado semiótico das modalidades existenciais, projetadas sobre a temporalidade ascendente (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p.139) como um adiamento:

⁸ Apesar de crer no sofrimento do pai, o narrador nunca avalia seu estado de forma definitiva – “Meu pai, eu não podia malsinar.” (ROSA, 1988, p. 36) –, mostrando-o, sempre que chega a realizá-lo, de forma dúbia: “Devia de padecer demais.” (ROSA, 1988, p. 36).

⁹ Todo estado afetivo do sujeito – vivido na sua relação de junção com o objeto – tem como dimensão reguladora a temporalidade. (TATIT, 1997, p. 54).



Angustiado pela avaliação que faz de seu estado e reconhecendo que o pai não desistiria de “sua teima”, o sujeito vê-se obrigado a substituí-lo como forma de livrar o pai de seu sofrimento e, concomitantemente, livrar-se da sua própria culpa. Assim, movido por uma ilusão deontica (crê-dever-ser), o sujeito, gradativamente, passa a sentir a necessidade de tornar-se competente na realização do programa do pai: “Sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro. Soubesse – se as coisas fossem outras. E fui tomando ideia.” (ROSA, 1988, p. 36).

Entretanto, sem adquirir a competência necessária para tal *performance*, lança sua proposta ao pai:

Sem fazer véspera. Sou doido? Não. Na nossa casa, a palavra doido não se falava, nunca mais se falou, os anos todos, não se condenava ninguém de doido. Ninguém é doido. Ou, então, todos. Só fiz, que fui lá. Com um lenço, para o aceno ser mais. Eu estava muito no meu sentido. Esperei. Ao por fim, ele apareceu, aí e lá, o vulto. Estava ali, sentado à popa. Esta ali, de grito. Chamei, umas quantas vezes. E falei, o que me urgia, jurado e declarado, tive que reforçar a voz: – ‘Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... o senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...’ E, assim dizendo, meu coração bateu no compasso do mais certo. (ROSA, 1988, p. 36).

O pai parece ouvir seus apelos e, em um gesto de concordância, rema em direção ao filho. Nesse momento, porém, o filho reconhece o atual estado do pai como assombroso, reconhece-se por um não-poder-fazer e, amedrontado, foge:

Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou remo n’água, proava para cá, concordado. E eu tremi, profundo, de repente: porque, antes, ele tinha levantado o braço e feito um saudar de gesto - o primeiro, depois de tantos anos decorridos! E eu não podia... Por pavor, arrepiados os cabelos, corri, fugi, me tirei de lá, num procedimento desatinado. Porquanto que ele me pareceu: vir da parte do além. (ROSA, 1988, p. 37).

Essa mudança de isotopia vivida pelo ator pai é desencadeadora da “metamorfose do familiar”. Temos o relato de uma metamorfose quando se tem a transformação de um ser em outro ser (LOPES, 1989; 1990, p. 157). No caso da história, o pai, homem, transforma-se em assombração, fantasma. Assim, o filho que, a princípio, tinha na figura do pai algo “familiar” (ele representava o objeto com o qual o sujeito queria estar em conjunção: “Pai, o senhor me leva junto nessa sua canoa?” – ROSA, 1988, p. 33) passa, progressivamente, a senti-lo como “estranho”.

O reconhecimento desse novo estado do pai como “estranho” se dá, em última instância, pela impossibilidade de crença na nova forma de vida do pai (não-crê-poder-ser), que, pelos padrões convencionais da realidade de que ele (o filho) participa, não poderia existir:

O severo que era, de não se entender, de maneira nenhuma, como ele aguentava. De dia e de noite, com sol ou aguaceiros, calor, sereno, e nas friagens terríveis de meio-do-ano, sem arrumo, só com o chapéu velho na cabeça, por todas as semanas, e meses, e os anos - sem fazer conta do se-ir do viver. (ROSA, 1988, p. 34).

Para melhor definir o que aqui chamamos de “familiar” e “estranho”, seria interessante nos remetermos ao par *heimlich/ unheimlich* do artigo *Das unheimlich*, de Sigmund Freud (1976, p. 239)¹⁰. O interesse desse estudo de Freud está, principalmente, em seu caráter prático que busca, na análise de textos literários, os exemplos para a compreensão do acontecimento sinistro. A escolha da palavra alemã *unheimlich* para figurar como significante tanto do evento sinistro como do objeto da vivência sinistra parece-nos sugestão interessante. Há nela, conforme veremos, uma grande riqueza semântica, e sua colocação em um mesmo eixo semântico de *heimlich* abre caminho para nossas reflexões sobre o “estranho” no âmbito dos estudos semióticos.

Iniciemos nossas reflexões sobre esse artigo voltando-nos para os sentidos da palavra *unheimlich*, que foram estudados por Freud, em sua evolução na língua alemã.

Freud começa estabelecendo uma oposição entre o que é *heimlich* e o que é *unheimlich*: “A palavra alemã ‘unheimlich’ é obviamente o oposto de ‘heimlich’ (doméstica), ‘heimisch’ (nativo) – o oposto do que é familiar; e somos tentados a concluir que aquilo que é ‘estranho’ é assustador precisamente porque não é conhecido e familiar.” (FREUD, 1976, p. 239).

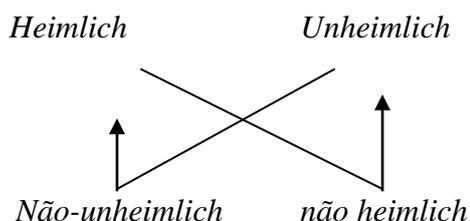
Mas, insatisfeito com a simplicidade da equação que lhe parece incompleta, o psicanalista inicia anotações do sentido da palavra constante em textos diversos e dicionários, buscando, com isso, descobrir as significações que vieram ligar-se a ela no decorrer de sua história. Freud anota o significado da palavra em várias línguas e percebe que, em todas elas, um traço de sentido se repete, mas que poucas línguas têm palavra para expressar a peculiaridade do que é *unheimlich*. Em língua portuguesa e italiana, apenas é possível conhecer o seu sentido por circunlocuções. Em árabe e hebreu, *unheimlich* significa o mesmo que “demoníaco”, “horrível”. Assim resolve voltar ao alemão, reproduzindo integralmente o que encontra sobre a palavra *heimlich* no dicionário de Daniel Sanders, *Worterbuch der Deutschen*. Nota, então, que, entre seus diferentes matizes de significado, a palavra exibe um que é idêntico ao seu oposto *unheimlich*. *Heimlich* pode significar tanto o que é familiar e agradável, como o que está oculto e fora da vista. Essa segunda acepção coincide com a definição de Schelling do *unheimlich*, para quem “*unheimlich* é tudo o que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz” (FREUD, 1976, p. 243). Para confirmar sua ideia de que *heimlich*, de alguma forma, torna-se *unheimlich*, Freud recorre também ao dicionário de Grimm:

[...] Da ideia de ‘familiar’, ‘pertencente à casa’, desenvolve-se outra ideia de algo afastado dos olhos de estranhos, algo escondido, secreto; e essa ideia expande-se de muitos modos... [...] ‘Na margem esquerda do lago jaz uma campina heimlich na floresta’ (Schiller) [...]. ‘No segredo do seu tabernáculo ele esconder-me-á heimlich [...]. Heimlich, como se diz do conhecimento místico: um significado heimlich, mysticus, divinus, occultus, figuratus [...]

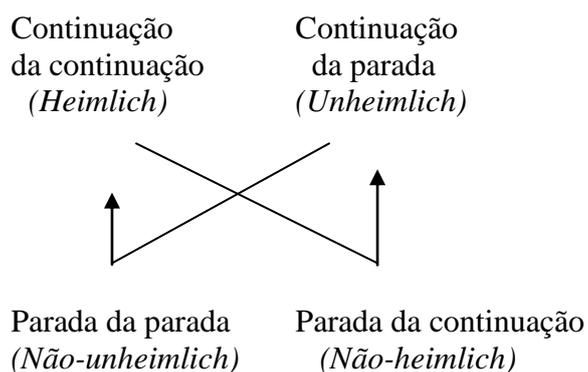
¹⁰ Um estudo mais detalhado do assunto pode ser encontrado em nossa dissertação de mestrado (MOTTA, 2003, p.61).

afastado do conhecimento, inconsciente [...]. ‘A noção de algo oculto e perigoso’. (FREUD, 1976, p. 243).

Assim, parece que Freud vem estabelecer entre as palavras *heimlich* e *unheimlich* uma semelhança que as aproxima e uma diferença que as opõe. Apontando sua dupla relação de conjunção e disjunção, permite-nos pensá-las por meio do modelo lógico do quadrado semiótico:



Assim disposto o modelo, podemos pensá-lo a partir de sua projeção no quadrado semiótico tensivo:

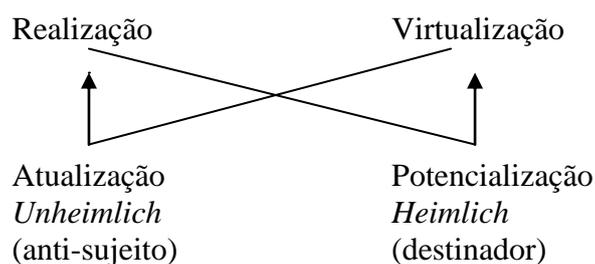


Nesse quadrado, o *unheimlich* (evento sinistro) – termo contrário – responde pela **continuação da parada** e instrui a isotopia do extraordinário. Enquanto a **parada da continuação** se apresenta como uma demarcação, a **continuação da parada**, aspectualizada pela duratividade, representa uma segmentação. O outro termo contrário, o *heimlich*, responde pela **continuação da continuação** e orienta a isotopia da cotidianidade, propondo, em nível narrativo, o progresso do sujeito. Para que o *unheimlich* se configure como evento sinistro, o investimento axiológico que lhe corresponde é necessariamente disfórico, enquanto o *heimlich* recebe investimento eufórico.

Se a categoria tímica, como ensina Greimas, traduz “o modo como todo ser vivo, inscrito em um contexto, se sente e reage a seu meio, considerando o ser vivo como um sistema de atrações e repulsões” (BARROS, 1988, p.24), a disforia do *unheimlich* revela a não conformidade do sujeito com o evento e faz dele um evento tenso. Já no polo oposto, o *heimlich* será relaxado. A passagem do polo relaxado ao polo tenso descreve uma tensão crescente, que atingirá seu ápice no momento do evento *unheimlich*.

Retomando nossa análise do conto, semioticamente podemos dizer que o estado de conjunção do pai com os valores da cotidianidade passa a não conjunção, termo

contraditório que se encaminhará à posição final de disjunção – atualizando, de forma acelerada na narrativa, a presença do insólito, do *unheimlich*. O caráter assustador do evento vivido pelo filho, sua disforia, decorre tanto da antecipação do objeto (sua aceleração) como da disjunção do pai (seu destinador) com o convencional, o “familiar”. Essa disjunção corresponde a uma conjunção com o extraordinário, a transcendência, cujos valores o filho não compreende e aos quais, portanto, não adere, figurando-os como antivalores. O pai aparece, então, como um anti-sujeito pleno de poderes e potencializa o *heimlich*: sua figura interpretada, ao mesmo tempo, como o primeiro destinador do sujeito e, também, o objeto-valor com o qual queria estar ligado.



O medo¹¹ que o filho sente da situação assim posta não pode ser visto como uma paixão simples decorrente de um querer-não-ser. Como já foi posto anteriormente, o filho quer-ser como o pai; o que ele teme, no entanto, é realizar tal *performance* quando já não pode reconhecer no pai o universo *heimlich* (familiar) que ele representava. Dessa forma, o que se tem é um conflito modal advindo da complexidade do valor investido no objeto e uma dificuldade do sujeito em conhecer sua verdadeira natureza (a natureza do objeto), ao mesmo tempo *heimlich* e *unheimlich*. Essa suposta incompatibilidade motiva a crise modal do sujeito: ele passa do querer-ser, que o aproxima do objeto, ao querer-não-ser, que fecha sua protensividade, fazendo a aproximação do pai figurar como sinistra e, portanto, indesejável. O pai, ao apresentar-se como anti-sujeito, potencializa sua presença enquanto objeto de valor para atualizá-la como **abjeto** e gera, no discurso, o efeito patêmico do medo.

O estado do pai é, então, avaliado como sobrenatural e aterrorizante. Algo que não cabe na realidade do filho e na segurança que esta lhe proporciona.

Tal qual em Freud, a avaliação do estado do pai como sinistro faz o sujeito afastar-se, tentando recobrar a segurança que o *unheimlich* ameaça romper. A visão desse “estranho” faz o filho sofrer a “parada da continuação” e viver, no breve momento em que dura essa “parada”, o terror e o medo. Esses sentimentos de medo e terror explicitam seu querer-não-ser e o fazem retornar a sua realidade (parada da parada) para viver a “continuação da continuação” até o dia de sua morte, quando uma nova “parada” vier lançá-lo, novamente, ao extraordinário, momento em que, então, poderá unir-se ao pai e aplacar sua culpa pela sanção que lhe imputou.

Sofri o grave frio dos medos, adoeci. Sei que ninguém soube mais dele. Sou homem, depois desse falimento? Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem

¹¹ O medo é definido, segundo o verbete do *Dicionário Aurélio Eletrônico* (1999), como sendo um sentimento de grande inquietação ante a noção de um perigo real ou imaginário, de uma ameaça; susto, pavor, temor, terror.

também numa canoinha de nada, nessa água que não para, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio. (ROSA, 1988, p. 37).

Retomando e resumindo, concluímos: se o filho, em um primeiro momento, antes de saber o intento do pai com a canoa, queria seguir com ele, em um segundo momento, quando reconhece seu novo estado como *unheimlich*, teme a conjunção outrora desejada e altera seu estado modal, passando a ser definido não mais por um querer-ser, mas por um querer-não-ser, ou seja, a conjunção com o objeto passa de desejável a indesejável. Esse novo estado modal do sujeito deveria desligá-lo do objeto; todavia não é isso o que acontece – “Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada” (ROSA, 1988, p. 37) –, revelando que o seu querer não é a única modalização que o caracteriza: também se encontra modalizado por um crer-dever-ser.

A incompatibilidade dos seus estados modais é a geradora dos efeitos passionais do discurso, o medo e a culpa: medo pela possibilidade de realização da *performance* que o colocará no mesmo estado do pai – estado que vê como indesejável e, até mesmo, nocivo; culpa pelo sentimento do dever não cumprido. É importante notar que esse dever é uma “ilusão deontica”, pois provém de uma crença interior do sujeito.

Assim, a sanção que sofre só pode ser disfórica. O reconhecimento do não cumprimento do contrato (por um não-poder-fazer que o faz não-poder-ser) leva-o a um sentimento de impotência que o desqualifica enquanto sujeito de seus atos. O julgamento epistêmico de seu estado revela seu crer-não-ser (impossibilidade): “Sofri o grave frio dos medos, adoeci. Sei que ninguém soube mais dele. Sou homem, depois deste falimento? Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rastos do mundo.” (ROSA, 1988, p. 37).

Não sendo capaz de realizar seu programa narrativo e sentindo-se compelido a este, fica à espera de um dia, quem sabe na morte, poder realizá-lo: “Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água que não para, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.” (ROSA, 1988, p. 37).

Não parece possível que a nostalgia e a espera caracterizem o sujeito que viveu o acontecimento extraordinário em sua via negativa: o que se dá, no final do conto, não é a espera de que um acontecimento extraordinário venha capturar o sujeito de sua existência convencional, mas, sim, que esse evento ocorra quando não houver mais espaço para o extraordinário: depois da morte do sujeito, quando, não mais ligado aos valores que regem suas escolhas (valores da convenção), for parte desse além que teme.

Pela análise do conto, foram-nos possíveis algumas observações teóricas sobre o arranjo narrativo e tensivo do evento extraordinário. Na vivência eufórica do evento estético, há o pleno sucesso do contrato destinador/destinatário, ou seja, o sujeito está de acordo com o destinador dos valores que vive no momento de estesia. A espera revela sua modalização pelo querer. Sujeito competencializado cognitivamente e modalmente para o evento: é isso que temos. A intensidade do vínculo entre o destinador e o destinatário é que garante a euforia do evento.

Já o acontecimento extraordinário disfórico revela a crise fiduciária do sujeito. Seu medo, que pode lhe fazer recuar no contato com o objeto, traduz seu querer-não-ser. Isso se dá por um desacordo na instância de manipulação: a vivência do sujeito está marcada por um conflito cognitivo, ou seja, ele tem sua fé nos valores da ruptura – que pautam a isotopia do extraordinário – abalada, incerta. A instância manipuladora que aparece atualizada na narrativa comunica ao destinatário o valor disfórico da parada (figurativizados pela ruptura,

pelo insólito, pela interrupção da rotina, pelo contato sensível com o objeto etc.) e os valores positivos da continuação da continuação (representados pela convenção, pela cultura altamente civilizada, pela vida possível e manejável etc.). Em contrapartida, outra instância, desequilibradora da harmonia entre o destinador da convenção e seu destinatário-sujeito, aparece potencializada na narrativa, forçando passagem para sua atualização. No conto analisado, essa instância representa os valores da ruptura (e pode ter sido realizada em algum tempo ou domínio), que surge de forma súbita e abala o contrato **recente** do sujeito, que crê querer-não sofrer essa manipulação.

Referências bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, Ana Claudia Mei, LANDOWSKI, Eric (org.). *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de A.J.Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995. p.81-97.
- _____. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual Editora, 1988.
- FILINICH, Maria Isabel. “De la espera y la nostalgia”. In: *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: EDUC/Puebla, 1999.
- DICIONÁRIO AURÉLIO* eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- FREUD, Sigmund. O estranho. In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Da Imperfeição*. São Paulo: Hacker Editore, 2002.
- _____. La soupe au pistou ou la construction d’un objet de valeur. In: *Du sens II*. Ensaís sémiotiques. Paris: Seuil, 1983.
- LOPES, Edward. Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais. In: *Cruzeiro Semiótico 11-12*. “Semiótica das paixões”. Porto: Associação Portuguesa de semiótica, 1989/1990.
- MOTTA, Kary Alessandra. *Elementos narrativos e tensivos para abordagem da apreensão estética*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) USP - São Paulo, 2003.
- RONCARI, Luiz. O engasgo de Rosa e a confirmação milagrosa. In: *Outras Margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Ed. Puc-Minas/ Autentic, 2001.
- ROSA, João Guimarães. A Terceira Margem do Rio. In: *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- TATIT, Luiz. La verdad extraordinaria. In: *Tópicos del Seminario. 7* Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2002.
- _____. *Musicando a semiótica (Ensaíos)*. São Paulo: Annablume, 1997.
- _____. *Semiótica da canção*. São Paulo: Escuta, 1994.
- ZILBERBERG, Claude. Pour introduire le faire missif. In: *Raison et Poétique du sens*. Paris: PUF, 1988.
- _____. Reconnaissance de l’espace fiduciaire. In: _____. Paris: PUF, 1988.
- _____. Louvando o acontecimento. In: *Revista Galáxia*. São Paulo, n.13, p.13-28, jun. 2007.